



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

**EDITAL N° 021/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2025 PMA**  
**(Processo Administrativo N° 0143/2025 PMA)**

**OBJETO: “Cessão de uso de bem público, por entidade privada, para exploração de 5.550,78m², denominada “Parque de Exposições Antonio José Moreira”, por ocasião da Expoagro em Aperibé, nos dias 26, 27, 28 e 29 de junho de 2025”**

## **DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO**

### **DAS PRELIMINARES**

Trata-se de impugnação interposta pelo nacional **ADILSON JOSE DE OLIVEIRA** em face da ausência de obrigatoriedade da licitante estar Registrada no CREA, assim como comprovação de responsabilidade técnica.

### **DA TEMPESTIVIDADE**

Publicado o instrumento convocatório com previsão de início do certame no dia 04/06/2025, a impugnação foi apresentada no dia 09/06/2025.

Dessa forma, nos termos do item 11.1 do Edital, do [art. 16 do Decreto nº. 1108 de 2024](#) e o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#), a impugnação apresentada pela foi tempestiva.

### **DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO**

Em suma:

*A impugnante questiona a ausência da exigência de comprovação de qualificação técnica (item 7.6.1 do edital), apontando especificamente a falta de exigência do registro da empresa licitante no CREA, bem como da comprovação do responsável técnico.*

### **DA ANÁLISE DO MÉRITO**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

Preliminarmente, é necessário ressaltar que a impugnação apresentada carece de fundamentação adequada, uma vez que não especifica quais seriam os serviços que exigiriam o registro da empresa no CREA para sua execução. Ademais, a ausência de dados de contato na peça impugnatória dificulta o saneamento das falhas apontadas.

Entretanto, com o objetivo de evitar qualquer comprometimento na execução dos serviços, ou, conforme alegado na impugnação, eventual restrição indevida à competitividade do certame, procede-se à análise do Termo de Referência, no qual se identifica-se a seguinte exigência:

**5.2.2** – a montagem do camarote deverá obedecer as regras estabelecidas pela legislação vigente, devendo, neste sentido, a **empresa dispor de responsável técnico** para se responsabilizar pela montagem do camarote.

Referida exigência está situada na parte relativa à execução contratual dos serviços, e não como condição de habilitação para participação no certame. E ainda que haja previsão expressa quanto à necessidade de responsável técnico, não há menção, no Termo de Referência ou no edital, quanto à obrigatoriedade de registro **da empresa** na entidade de classe competente (neste caso, o CREA), conforme sugerido na impugnação.

Quanto à obrigatoriedade de a pessoa jurídica também possuir registro no órgão competente, observa-se que, em toda a extensão do processo licitatório, não há qualquer menção nesse sentido. Além disso, não se apresenta fundamentação clara para a exigência do responsável técnico para o camarote.

A Resolução nº 1.121/2019 do Confea dispõe que o registro no Crea é obrigatório para toda pessoa jurídica constituída para **prestar ou executar serviços** e/ou obras, ou exercer **qualquer atividade ligada ao exercício profissional da Engenharia**, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e outras áreas tecnológicas fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.

<sup>iii</sup>Adicionalmente, foi localizada no site do Crea [uma listagem](#) das atividades sujeitas a fiscalização, destacando-se a seguinte:

**CNAE 7739-0/03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes.**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

Além disso, uma [cartilha complementar](#) esclarece:

“Alguns exemplos de estruturas temporárias são: palcos, arquibancadas, **camarotes**, tabladros, fechamentos metálicos, palanques, pórticos para sustentação de iluminação, som, propagandas e afins. **As tendas** também são consideradas estruturas provisórias, mas, devido às suas particularidades, serão tratadas em outro tópico.”

Dessa forma, é possível concluir que a montagem de camarotes exige não apenas a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) por parte do profissional habilitado, mas também o registro da empresa no conselho competente – o que não está previsto no edital nem em seus anexos.

A exigência do registro da pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos na entidade profissional competente (no caso, o Crea) possui previsão expressa no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo, portanto, documento exigível na fase de habilitação:

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

***I – apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;***  
*[...]*

***V – registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso.***

Assim, considerando as características do objeto licitado e a ausência de exigência do registro da empresa e de seu responsável técnico, conclui-se que o edital fere a legislação vigente. Tal omissão pode resultar na contratação de empresa não legalmente habilitada para a prestação dos serviços pretendidos, o que representa risco à adequada execução do objeto, especialmente por envolver estruturas com potencial de dano à integridade física de pessoas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

Dessa forma, recomenda-se a retificação do edital, a fim de incluir, entre os documentos de habilitação, a exigência de apresentação do registro da empresa no Crea, bem como dos profissionais responsáveis, assegurando assim a adequada execução contratual e a preservação do interesse público.

Também merece atenção a responsabilidade técnica relacionada à montagem de tendas, conforme citado na cartilha do Crea. Embora em alguns casos essa exigência não se aplique, em outros ela é obrigatória. Portanto, além da responsabilidade técnica referente ao camarote, deve-se avaliar a necessidade de exigir a respectiva responsabilidade técnica para as tendas, se for o caso.

## **DECISÃO**

Face ao exposto, com base nos princípios inerentes ao processo licitatório, nas disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolve julgar **PROCEDENTE** a impugnação interposta pelo nacional **ADILSON JOSE DE OLIVEIRA**, encaminhando para Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer para as retificações necessárias.

Aperibé, 11 de junho de 2025

**Marcos Paulo dos Santos Montozo**  
Pregoeiro – Mat. 3449

i

ii Esclarece-se que tanto a listagem quanto as cartilhas não foram obtidas no site do CREA-RJ, mas sim nos sites de Conselhos Regionais de outros estados. Tal fato, contudo, não compromete a análise, uma vez que os documentos fazem referência à legislação do Confea, aplicável a todas as unidades da federação.